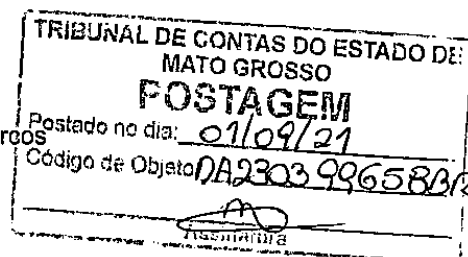
 <p><b>Tribunal de Contas</b> Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p><b>GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO</b> Telefone(s): 3613-7531 / 37534 e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br</p>
--	---

Ofício nº : 795/2021/GAB-AJ

Cuiabá-MT, 31 de agosto de 2021

A Sua Senhoria o Senhor  
**RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**  
ex-prefeito do município de São José dos Quatro Marcos  
Avenida São Paulo, 185, Centro, CEP 78285-000  
São José dos Quatro Marcos-MT



**Assunto<sup>1</sup>: Citação – Contas Anuais de Governo Municipal - Processo 10.082-0/2020**

Ilustríssimo Senhor,

Nos termos dos artigos 6º, 59, inciso IV, 60, 61, §2º, da Lei Complementar Estadual 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT), combinados com os artigos 89, inciso VIII, 140, 256 e 257, da Resolução Normativa 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), venho **CITÁ-LO** para que tome conhecimento e apresente defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento deste, acerca das irregularidades relativas ao processo **10.082-0/2020** de Contas Anuais de Governo Municipal, exercício 2020, conforme apontamento do Relatório Técnico Preliminar (doc. 190292/2021), anexo.

Ressalto-lhe que o não atendimento no prazo regimental implicará o prosseguimento normal do referido processo com a aplicação dos efeitos da revelia, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica e do artigo 140, § 1º, do Regimento Interno, bem como poderá culminar com a emissão de parecer contrário à aprovação das Contas Anuais de Governo Municipal, do exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos.

Atenciosamente,

(assinatura digital)<sup>2</sup>  
Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**  
Relator

<sup>1</sup> RITCE/MT, Art. 258, § 2º e art. 259. TCU Acórdão 680/2020 Plenário. Fonte de informação do endereço: Sistema Control-P, CADUN (Receta Federal) do TCE-MT.  
<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.418/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

